



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Ciência da Informação e Documentação

Departamento de Ciência da Informação e Documentação

Preservação do patrimônio histórico cultural: um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)

Bárbara Letícia Rodrigues Gomes

Brasília, DF

Dezembro, 2009



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Ciência da Informação e Documentação

Departamento de Ciência da Informação e Documentação

Preservação do patrimônio histórico cultural: um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)

Bárbara Letícia Rodrigues Gomes

Monografia apresentada ao departamento de Ciência da Informação e Documentação como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Alice Guimarães Borges

Brasília, DF

Dezembro, 2009

G633p

Gomes, Bárbara Letícia Rodrigues.

Preservação do patrimônio histórico cultural: um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF) / Bárbara Letícia Rodrigues Gomes. – Brasília, 2009.

59f. ; 29 cm

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília,
Departamento de Ciência da Informação e Documentação.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria Alice Guimarães Borges.

1.Sociedade da Informação e do Conhecimento. 2. Repositório. 3. Preservação. 4. Patrimônio Histórico Cultural. 5.Planaltina (DF).

I. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Francisco e Socorro, que sempre estiveram presentes, me apoiando, ajudando e incentivando.

Ao meu namorado, Diego, que esteve sempre ao meu lado.

A meus avós, tios, primos, sobrinho e todo restante da minha família, por fazerem parte dos meus dias.

E aos meus amigos, que fazem minha vida mais feliz.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me abençoa, me guia e me protege.

A minha família, que me apóia e me incentiva a todo o momento.

A professora Maria Alice Guimarães Borges, pela orientação, paciência e incentivo a este trabalho.

E a todos que fizeram parte da minha vida acadêmica.

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”.

Nildo Lage

RESUMO

São apresentadas as mudanças geradas na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Discute-se a importância da preservação histórica e cultural da sociedade, e sua influência para as próximas gerações. Explana sobre as novidades geradas pelos repositórios na era digital, conceituando o termo repositório, e discutindo sua importância na preservação da informação. Caracteriza o processo de planejamento, suas etapas e fases. É também elaborado um estudo de caso sobre o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, abrangendo a cidade de Planaltina e conseqüentemente o Distrito Federal. Finalmente é feita uma proposta de construção de um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF).

Palavras-chave: Sociedade da Informação e do Conhecimento, Repositório, Preservação, Patrimônio Histórico Cultural, Planaltina (DF).

ABSTRACT

Describes the changes brought to the Information Society and Knowledge. Discusses the importance of preserving historical and cultural society, and its influence for the future generations. Explains the news generated by repositories in the digital age, conceptualizing the term repository, and discussing its importance in the preservation of information. Defines the planning process, its stages and phases. It also prepares a case study of the Museum of History and Art of Planaltina, covering the city of Planaltina and therefore the Federal District. Finally it is proposed the construction of a repository for the Museum of History and Art Planaltina (DF).

Keywords: Information Society and Knowledge, Resources, Preservation, of Cultural Heritage, Planaltina (DF).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial do RIUnB.....	26
Figura 2 – Página inicial Repositório ISCTE	28
Figura 3 – Dados sobre o Distrito Federal.....	36
Figura 4 – Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida	37
Figura 5 – Congresso Nacional.....	37
Figura 6 – Esplanada dos Ministérios	37
Figura 7 – Ponte Juscelino Kubitschek.....	38
Figura 8 – Igreja de São Sebastião	46
Figura 9 – Museu Histórico e Artístico	46
Figura 10 – Pedra Fundamental	46
Figura 11 – Módulos de desenvolvimento do projeto.....	53

SÚMARIO

1	Introdução	12
2	Objetivos	13
2.1	Geral:	13
2.2	Específicos.....	13
3	Metodologia.....	14
4	Revisão de Literatura	15
4.1	Sociedade da Informação e do Conhecimento	15
4.2	Preservação do patrimônio histórico-cultural	18
4.3	Repositório.....	22
4.4	Repositórios existentes	25
4.4.1	Universidade de Brasília	25
4.4.2	Repositório do ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa)	27
4.5	Planejamento	29
5	Estudo de caso: Museu Histórico e Artístico de Planaltina.....	32
5.1	Distrito Federal.....	32
5.1.1	História.....	32
5.1.2	Características do Distrito Federal.....	35
5.2	Planaltina (DF)	40
5.2.1	História.....	40
5.2.2	Características de Planaltina (DF)	44
5.3	Museu	47
5.4	Projeto “Planaltina 150 anos: Cultura, Patrimônio Histórico e Comunicação” ..	48
6	Proposta de um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)	51

6.1 Introdução	51
6.2 Objetivos	52
6.2.1 Objetivo Geral	52
6.2.2 Objetivos específicos	52
6.3 Metodologia	53
6.4 Sugestões para a implantação do repositório no Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)	54
7 Conclusão	59
8 Referência	61

1 Introdução

Como moradora da cidade de Planaltina (DF), a cidade mais antiga do Distrito Federal, anterior até mesmo a criação de Brasília, e visto que está completando 150 anos em 2009, é uma oportunidade fazer um estudo de caso sobre a revitalização do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e das publicações existentes sobre a cidade, antes da criação de Brasília.

Após experiência no Setor de Obras Raras da Universidade de Brasília (UnB) e na Seção de Acervos Especiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), observou-se que a preservação da memória, tanto de instituições como de cidades, possuem grande importância no cenário atual.

Observa-se, portanto que a preservação é imprescindível para que as gerações futuras conheçam a história cultural, social e política do país, neste caso mais particularmente de Planaltina, a cidade de 150 anos e os antecedentes da criação de Brasília.

2 Objetivos

2.1 Geral:

- Propor criação de um Repositório temático para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF), resgatando e reunindo a memória documental relacionada a esta cidade

2.2 Específicos:

- Contextualizar a Sociedade da Informação e do Conhecimento.
- Estudar a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades brasileiras.
- Pesquisar sobre repositório, do ponto de vista da sua conceituação, importância e benefícios.
- Conhecer a experiência de instituições que construíram repositórios.
- Demonstrar o processo de planejamento como referência para a estruturação de um repositório.
- Estudar o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, no contexto do Distrito Federal e Planaltina (DF).
- Verificar a implantação do projeto de “Planaltina 150 anos: Cultura, Patrimônio Histórico e Comunicação”.

3 Metodologia

Esta monografia foi elaborada em três partes: revisão de literatura, estudo de caso e proposta de criação de um repositório. Foi realizada uma pesquisa documental, bem como uma pesquisa experimental no projeto da Universidade de Brasília/PROEX do Ministério da Cultura, e uma pesquisa descritiva.

A Revisão de literatura versou sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento, a preservação do patrimônio histórico e cultural, repositório e o conhecimento de repositórios existentes, bem como sobre o processo de planejamento. Foram utilizados livros, periódicos e *sites* para a recuperação das informações.

O estudo de caso buscou a memória institucional, social e política da história e do desenvolvimento da cidade de Planaltina (DF), a partir do contexto do Distrito Federal, e teve como base a participação no projeto de preservação e revitalização do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF), elaborado e executado pela Universidade de Brasília em parceria com o Ministério da Cultural.

A proposta de criação de um repositório temático para o Museu utilizou a revisão de literatura, bem como a experiência realizada na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, adaptada à realidade de Planaltina (DF).

4 Revisão de Literatura

4.1 Sociedade da Informação e do Conhecimento

Atualmente, a sociedade encontra-se em uma fase de completa mudança, em relação ao modo de vida, ao comportamento das pessoas, os relacionamentos sociais. O grande motivador dessa mudança é a globalização mundial vigente. O processo de globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Anteriormente, segundo Borges (2000), o mundo vivia um período de especialização, hoje vive-se o global, o macro, a agregação, a complementariedade de várias áreas do conhecimento. Miranda (2000) completa dizendo que a tendência da globalização do mercado de produção intelectual, dentro do quadro de mudanças estruturais que vem passando o mundo, a disseminação de padrões culturais globalizados, vem assumindo proporções sem limite. Com essa integração mundial, torna-se necessária a mudança de paradigma dos países. Ferreira (2003) diz que são necessárias ações governamentais, de forma que os países em desenvolvimento que se posicionarem de modo negligente em relação à realidade atual podem incorrer em atraso e isolamento tecnológico e econômico, provavelmente de difícil reversão.

A fase atual da é intitulada como Sociedade da Informação e do Conhecimento, onde a informação e o conhecimento são essenciais para o processo de desenvolvimento. Os dois bens primordiais do ponto de vista econômico, com características próprias e diferenciadas dos outros bens são a informação e o conhecimento, pois o seu uso não faz com que acabem ou sejam consumidos (BORGES, 2000). Com a era virtual, o espaço, tempo, distância, território mudaram de características, deixaram de ser importantes. Sendo assim, a informação, como meio de criação de conhecimento, desempenha um papel fundamental na produção de riqueza e na contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos.

Segundo Borges (2000, p. 29) a Sociedade da Informação e do Conhecimento pode ser caracterizada, sinteticamente, como:

- a grande alavanca do desenvolvimento da humanidade é realmente o homem;
- a informação é um produto, um bem comercial;
- o saber é um fator econômico;
- as tecnologias de informação e comunicação vêm revolucionar a noção de “valor agregado” a informação;
- a distância e o tempo entre a fonte de informação e o seu destinatário deixaram de ter qualquer importância; as pessoas não precisam se deslocar porque são os dados que viajam;
- a probabilidade de se encontrarem respostas inovadoras a situações críticas é muito superior a situação anterior;
- as tecnologias de informação e comunicação converteram o mundo em uma “aldeia global” (Macluhan);
- as novas tecnologias criaram novos mercados, serviços, empregos e empresas;
- as tecnologias de informação e comunicação interferiram no “ciclo informativo”, tanto do ponto de vista dos processo, das atividades, da gestão, dos custos etc.

No Brasil, em 1996, o Governo Federal por meio do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, criou o Programa Sociedade da Informação. Miranda (2000) diz que o projeto tem como finalidade:

lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação, além de suas aplicações na sociedade, de forma a alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial.

O Brasil, por se encontrar em fase de desenvolvimento, possui algumas dificuldades em acompanhar os outros países, no que concerne em se transformar

em uma sociedade da informação. Ferreira (2003 p. 38) afirma que “o analfabetismo é o maior desafio a ser enfrentado pelo Estado para a consolidação de uma sociedade da informação no Brasil, uma vez que os estoques de informação disponíveis na Internet encontram-se, em sua maioria, sob a forma de texto escrito”. Esse dado confirma o que muito se repete, que a educação é a via principal para o desenvolvimento, possibilitando a inclusão e igualdade de oportunidade para o cidadão. Ferreira diz, também, que do ponto de vista tecnológico o Brasil enfrenta problemas pois para muitos trabalhadores assalariados, o computador e a Internet são tidos como bens de luxo pois o preço desses equipamentos ainda são altos para o padrão brasileiro. Outro fator determinante é a capacitação dos recursos humanos, que precisa ir além do adestramento:

a capacitação técnica do quadro humano em atuação no poder público é um fator crítico para a construção de uma sociedade da informação no Brasil, como tem objetivado o governo federal em seu programa, pois a qualidade das informações publicizadas para a sociedade dependerá, essencialmente, do modo como ela foi tratada em seu trâmite no corpo burocrático do Estado (FERREIRA, 2003, p. 40)

Para a consolidação da Sociedade da Informação no Brasil, faz-se necessário superar as dificuldades citadas anteriormente como o analfabetismo, os recursos tecnológicos e humanos, porém é necessária também a contribuição do Estado com políticas públicas de inclusão digital, investimento na compra de equipamentos para as escolas e para o serviço público, treinamento das crianças, jovens e adultos e iniciativas que façam com que a sociedade consiga se inserir nesse novo modo de vida. Miranda (2000) ressalta que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da sociedades da informação são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites intitucionais.

4.2 Preservação do patrimônio histórico-cultural

Faz parte tanto do instinto do ser humano como dos outros animais, a preservação de sua espécie. O homem tem a necessidade de transmitir a seus descendentes, seus conhecimentos, bens e informações importantes para sua sobrevivência. Faz-se necessário também, a preservação da história de seus antepassados, que podem ser resguardadas através de livros, monumentos, objetos, festas populares e costumes. Canani (2005, p. 165) diz que:

a continuidade de um grupo social, ou mesmo de uma família ou tradição exige que haja a transmissão da propriedade considerada como patrimônio desse grupo ou família, e do status relativo a tal propriedade, de uma geração para a seguinte. Essa passagem é feita na forma de herança de bens e de práticas sociais.

Para Gomes (2002) preservar no caso de materiais impressos é a técnica que visa a manutenção e tenta impedir a deterioração da coleção, se preocupando com a acomodação e armazenamento da mesma. A preservação, portanto tenta prolongar o período de existência dos materiais, sendo que essa preocupação se deve principalmente pelo valor histórico que ele representa para a sociedade. É com esse tipo de informação que se tem acesso a forma como as culturas se desenvolveram, como a sociedade evoluiu, como a História aconteceu (BASTOS, 2008, p.32).

As políticas preservacionistas se manifestaram somente após grandes perdas históricas e culturais da sociedade. Tanto acervos de bibliotecas quanto objetos representativos de um período cultural se perderam em guerras e lutas armadas. Muito do que foi perdido se encontra hoje com colecionadores que adquiriram esses objetos em mercados clandestinos e vendem para museus, bibliotecas e colecionadores e outros. De acordo com Camargo (2002), a formação de um modelo de preservação conduzido como política do Estado só irá tornar-se consistente na própria França, 60 anos após a queda da Bastilha. Com essa preocupação do Estado, o patrimônio foi então vinculado a idéia de nação, formada por símbolos de um passado comum. “O Estado, nesse processo de alimentar

sentimentos de identificação com o Estado Nacional, atua, no sentido de conjugar seu povo, reunindo-o em torno de sentimentos de pertencimento comuns a todos” (CANINI, 2005. p. 169). O papel primordial do Estado é confirmado pela afirmação de Murguia e Yassuda (2007, p. 67):

A partir do momento que o Estado assumiu e passou a centralizar as atividades preservacionistas se iniciou a proteção legal e bens culturais, permitindo assim, que se ampliasse a noção de patrimônio como relíquias herdadas por toda uma geração de pessoas.

A preservação do patrimônio histórico-cultural de um país faz-se necessária para uma melhor construção do sentido de identidade, onde os habitantes se identifiquem com a cultura e a história deixada por seus ancestrais e procurem preservá-la para as futuras gerações. De acordo com Murguia e Yassuda (2007, p. 67) “o patrimônio se originou da palavra *pater*, que significa pai ou paterno. O patrimônio representava, os bens de herança que são transmitidos aos filhos”. Para Ferreira (2006) o patrimônio pode ser compreendido como o esforço constante de resguardar o passado no futuro, mas é necessário que ele seja reconhecido. A partir do momento que a sociedade passa a reconhecer algo como seu, lhe é conferido valor no âmbito das relações sociais e simbólicas. Já Canani (2005, p 164), conceitua patrimônio como “um conjunto de bens, materiais ou não, diretos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa que seja suscetível de apreciação econômica”.

Tanto o conceito de patrimônio como sua abrangência tiveram longa transformação com o passar do tempo. Anteriormente, não havia a pré-definição do que era considerado patrimônio histórico e cultural. Camargo (2002) destaca que a noção de patrimônio, no século XIX, tem sua representatividade no conceito clássico de cultura, ou seja, na documentação. Não se chega aos bens materiais vinculados às artes plásticas e à arquitetura, a qualificação de documentos de espelha em papéis. A Igreja também se destaca, devido a influência que exercia sobre o mundo e a importância que obteve no desenvolvimento da sociedade. Sobre a preservação do patrimônio relacionado a Igreja Católica pode se dizer que:

Dentre os elementos de arte colonial, a arquitetura religiosa constituía a grande maioria dos bens tombados justificada pelo lugar e pelo sentido que tinham as igrejas nas colônias luso-espanholas (FONSECA, 1997 apud MURGUIA ;YASSUDA, 2007, p.72).

No Brasil houve certa demora na elaboração de medidas oficiais que legislassem sobre preservação do patrimônio. Em 1933, concretiza-se a primeira medida oficial, em forma de Decreto, de reconhecimento do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação. Murguia e Yassuda (2007) destacam que o patrimônio histórico e artístico do Brasil foi citado como objeto de proteção obrigatória pelo poder público, na Constituição de 1934, sendo que cabia á União e aos Estados proteger, as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico.

O Decreto n. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, organizou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que posteriormente se transformou em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Esta responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

O Iphan foi criado no governo do então Presidente Getúlio Vargas, e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época. A criação da Instituição obedece a um princípio normativo, atualmente contemplado pelo Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, que define patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Para Camargo (2004):

as atividades do Iphan não se limitaram apenas à preservação, mas ao restauro e à reabilitação dos bens, à ampliação e a codificação dos conhecimentos relativos à temática arquitetônica e artística da arte tradicional brasileira.

Dentre as funções do Iphan se destaca o tombamento, que de acordo com o próprio Iphan é:

Uma ação administrativa do Poder Executivo, que começa pelo pedido da abertura de processo por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Este processo, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação. Caso seja aprovada a intenção de proteger um bem cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. A partir desta notificação o bem já se encontra protegido legalmente, contra destruições ou descaracterizações, até que seja tomada a decisão final. O processo termina com a inscrição no Livro Tombo e comunicação formal aos proprietários.

Com relação ao patrimônio existem dois tipos: o patrimônio material e imaterial. A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Já o patrimônio material protegido definido pelo Iphan, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

4.3 Repositório

Anteriormente ao pensamento de se criar repositório digitais, ou seja a seleção de determinado conteúdo disponibilizada via web, teve-se a iniciativa de organizar em um determinado local físico as publicações oficiais brasileiras, o que pode ser interpretado como a primeira iniciativa de um repositório. O Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas (1962, *apud* Rocha, 1974) traz em sua publicação que:

Não existe no Brasil, uma biblioteca que cuide especialmente das publicações oficiais brasileiras de maneira integral e que esteja habilitada a informar, com precisão e rapidez, sobre as publicações oficiais em todos os setores do conhecimento publicadas ou pelo governo federal ou governos estaduais.

As publicações oficiais, mesmo não tendo o correto reconhecimento por parte da sociedade, possuem diversificada importância com relação à trajetória governamental das decisões e iniciativas tomadas pelo governo. Biasotti (1976) conceitua publicações oficiais como sendo aquelas editadas por órgãos da administração direta, indireta, economia mista ou entidades mantidas ou subordinadas de qualquer aos governos federais, estaduais ou municipais. Estas publicações são em grande maioria de caráter técnico. Sobre sua importância vale ressaltar que:

as publicações oficiais relato vivo das realizações e planos de governo, constituem acervo valioso para os estudiosos das mutações histórico-sócio-econômicas e administrativas entre as muitas variáveis que oferece a vida nacional. São, de, um modo geral, a única fonte acessível impressa para pesquisa das atividades governamentais (ROCHA, 1974, p. 7).

O Brasil se encontra atrasado em relação a organização de suas publicações oficiais. Fonseca (1974) comenta que as publicações oficiais são de natureza multidisciplinar, pela própria amplitude da ação governamental. Mas enquanto noutros países essas publicações estão à disposição de todos os interessados, no

Brasil, salvo raras exceções de órgão mais diligentes, são desconhecidas e inacessíveis. Essa situação, que ainda existe nos dias atuais só vem a comprovar a importância que se dá a informação no Brasil, mesmo sendo uma atividade fundamental para o desenvolvimento documentário nacional, não existiu nenhuma iniciativa que desse certo. Atualmente a maioria das publicações está na web, mas a organização ainda é falha, tendo muito que melhorar. Cunha (1976) ressalta que um país em desenvolvimento necessita manter seu povo informado sobre seus estágios sócio-econômico e político. É o que falta ainda ao Brasil.

Com a crescente produção de informação e demandas cada vez mais específicas, torna-se necessário um planejamento e uma organização eficiente para essa produção. Após a intensificação da tecnologia da informação, esta começou a se tornar mais democrática e houve então uma distribuição globalizada da informação científica, mas ainda existe dificuldade de se encontrar conteúdos que tratem do mesmo assunto e estejam reunidos em um só lugar. Atualmente, como alternativa para diminuir esse problema estão sendo construídos repositórios digitais. Viana; Márdero Arellano; Shintaku (2005) conceituam repositórios digitais como sendo uma maneira de “armazenar documentos digitais com capacidade de gerenciamento por um grande período de tempo e com acesso apropriado”.

Inicialmente os primeiros repositórios, eram os chamados repositórios temáticos, que para Café et al. (2003, p. 2) “se constitui em um conjunto de trabalhos de pesquisa de uma determinada área do conhecimentos, disponibilizados na Internet”. Com o desenvolvimento desse tipo de repositório e diversos aprimoramentos nessa área surgiram os repositórios institucionais que podem ser entendidos como um conjunto de repositórios temáticos:

um repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização. No caso de uma universidade, cada departamento trata de uma área do conhecimento e, portanto, seu repositório temático será específico no assunto deste departamento. A união de todos os repositórios das diversas unidades de pesquisa comporá o repositório institucional, caracterizando-o como multidisciplinar. (CAFÉ et al., 2003, p. 4)

Os repositórios institucionais estão sendo produzidos em sua grande maioria nas universidades, que é o local de grande produção científica. Leite e Costa (2006) confirmam essa afirmação escrevendo que as instituições governamentais têm desenvolvido seus repositórios institucionais, mas é no contexto das universidades que ele tem sido amplamente aceito e produzido. Os repositórios possuem, como vantagem, a filosofia de arquivos abertos, onde fica irrestrito o acesso a informação, tanto em nível nacional e internacional. Como afirmam Vianna, Márdero Arellano e Shintaku, (2005, p.342).

A capacidade de contar com um espaço onde possa ser depositada a produção científica de uma instituição propicia o ambiente necessário para a discussão entre os pares, o intercâmbio de idéias dentro de uma comunidade de pesquisadores e a revisão constante das versões de um documento.

Destaca-se também como ponto favorável para a criação de repositórios, a grande disseminação da informação científica, que antes se encontrava preservada nos periódicos científicos, de difícil acesso, tanto fisicamente como na questão financeira, ficando alguns temas restritos somente a poucos pesquisadores. Ganham também com esse tipo de divulgação as instituições. Um repositório institucional tem a capacidade de maximizar o impacto da pesquisa, aprimorando os fundos, prêmios e prestígio compartilhados tanto pelos pesquisadores como pela instituição (CAFÉ, et al. 2003).

Mas para que ocorra o bom desenvolvimento de um repositório institucional, faz-se necessário um bom gerenciamento por parte das instituições, seguindo padrões internacionais e com uma estrutura bem planejada. Dentre os padrões a serem seguidos, Freire (2008, p. 31) destaca “o acesso livre, a interoperabilidade, o uso de metadados padronizados, o armazenamento de conteúdos digitais em diferentes formatos, a garantia de manter a integridade dos documentos padronizados e sua durabilidade”. A respeito desse tema Café, et al. (2003, p. 8) comenta que:

o estado atual dos repositórios no mundo mostra que o desafio está não na criação do software livre para auto-arquivamento ou em simplificar seu uso, nem na necessidade de conscientização de sua aceitação na comunidade, mas na importância de uma política institucional clara e no incentivo de sua alimentação.

4.4 Repositórios existentes

4.4.1 Universidade de Brasília

Como exemplo a ser seguido na criação de um repositório institucional, a Universidade de Brasília (Unb) se destaca. A UnB lançou em 16 de setembro de 2008, o Repositório Institucional da UnB – RIUnB. De acordo com o site (<http://repositorio.bce.unb.br/>), o repositório é um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca Central (BCE) para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília. Este importante instrumento de apoio à gestão da informação e do conhecimento contribui para o aumento da visibilidade e do impacto da produção científica da Universidade. O RIUnB participa do movimento de acesso aberto ao conhecimento e seus objetivos são:

- Armazenar, preservar, divulgar e garantir o acesso à produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília, em formato digital;
- Proporcionar visibilidade à produção científica da instituição;
- Apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico;
- Apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

Sua implementação reuniu um Grupo de Estudos formado por profissionais da BCE, em parceria com o Departamento de Ciência da Informação e Documentação da UnB e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Com base em suas características e em experiências bem sucedidas de outras instituições, foi escolhido para a implantação do RIUnB o software *DSpace*.

O Repositório utiliza os metadados *Qualified Dublin Core*, assegurando assim a sua interoperabilidade, por meio do protocolo OAI-PMH (*Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Harvesting*). Para garantir uma identificação persistente dos documentos arquivados no Repositório é utilizada uma URL persistente (*handle*) isto é, uma URL que não deve mudar mesmo que o arquivo mude de servidor.

O Repositório é constituído de comunidades e subcomunidades, as quais organizam seus conteúdos em coleções, que, por sua vez constituem unidades armazenadoras dos documentos depositados. As comunidades representam as unidades acadêmicas da UnB (faculdades, institutos, centros, núcleos de ensino de graduação e pós-graduação).

Meu espaço | Editar perfil | Fale conosco

RIUnB
Repositório Institucional da Universidade de Brasília

[Página inicial](#) | [Comunidades e Coleções](#) | [Data de publicação](#) | [Autor](#) | [Orientador](#) | [Titulo](#) | [Assunto](#) | [Ajuda](#)

RIUnB >

[Pesquisa rápida](#) | [Pesquisa avançada](#)

Repositório Institucional da UnB

O Repositório Institucional da UnB é um conjunto de serviços oferecidos pela [Biblioteca Central](#) para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da Universidade de Brasília. Todos os seus conteúdos estão disponíveis publicamente, e por estarem amplamente acessíveis proporcionam maior visibilidade e impacto da produção científica da instituição.

Para mais informações, entre em contato pelo telefone (61) 3107-2687 ou e-mail: repositorio@bce.unb.br

Comunidades no Repositório

Selecione a comunidade para visualizar as coleções.

- [BCE - Biblioteca Central](#) [184]
- [CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável](#) [49]
- [CET - Centro de Excelência em Turismo](#) [0]
- [FACE - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação](#) [312]
- [FAC - Faculdade de Comunicação](#) [27]
- [FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo](#) [37]

RSS Feeds

RSS 1.0

RSS 2.0

Figura 1 – Página inicial do RIUnB

4.4.2 Repositório do ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa)

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) é um estabelecimento de ensino superior universitário não integrado, público, português, criado em 1972 na cidade de Lisboa. Em Maio de 2009, passou o seu estatuto para uma fundação de direito privado, com a designação "ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa".

O Repositório Institucional do ISCTE foi constituído com o objetivo de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção intelectual do ISCTE em formato digital. O seu objetivo é reunir, num único sítio, o conjunto das publicações científicas do ISCTE, contribuindo para o aumento da sua visibilidade e impacto, e garantindo a preservação da memória intelectual do ISCTE.

Está organizado em **Comunidades** que correspondem a unidades orgânicas (departamentos, secções autónomas e áreas científicas), gabinetes e serviços (a DSBD ou o DSI), e centros de investigação associados (o CIES ou a ADETTI). O Repositório no seu todo funciona como uma super-comunidade, abrangendo todo o ISCTE. Cada comunidade é livre de criar as suas próprias sub-comunidades. Dentro de cada comunidade ou sub-comunidade existem **Coleções**, que organizam de forma lógica os conteúdos arquivados no Repositório. Com esta organização, o Repositório permite às comunidades uma grande flexibilidade na decisão sobre a sua própria estrutura, bem como sobre as políticas e o fluxo de depósito de documentos (quem pode depositar, existência ou não de processo de revisão) e de acesso (em princípio acesso livre, mas pode ser restrito, para alguns documentos ou coleções, se necessário) à sua produção científica.

Cada comunidade possui uma página própria com informação, notícias e apontadores que refletem os seus interesses, bem como uma listagem das coleções dentro de cada comunidade. No Repositório pode-se encontrar diversos tipos de documentos, em formato digital, resultantes das atividades de investigação desenvolvidas no ISCTE. O Repositório reúne documentos de quase todas as áreas

científicas existentes no ISCTE, ainda que atualmente predominem os das comunidades que já se constituíram, especificamente nos domínios das ciências sociais e das tecnologias da informação.

Para além dos resultados da investigação desenvolvida no ISCTE e centros de investigação associados, incluindo artigos em publicações periódicas, *working papers*, pré-publicações, relatórios técnicos, artigos em atas de conferências e conjuntos de dados em vários formatos, prevê-se que a médio prazo venha a encontrar também material didático (apresentações, vídeos de aulas, apostilas e manuais de laboratório) e documentação oficial interna ao ISCTE de utilidade geral para os membros da comunidade (regulamentos, despachos e ofícios).

ISCTE | Repositório

Pesquisa rápida [Pesquisa Avançada](#)

[Início](#) [ISCTE](#) [Biblioteca](#) [DSI](#)

Repositório do ISCTE / Utilizador Novo? [Clique aqui para se registar.](#) [\[Entrar\]](#)

Percorrer por

- Comunidade e coleção
- Título
- Autor
- Data

Pessoal

- Os meus alertas
- O meu espaço
- A minha conta
- Comentar

Repositório do ISCTE

- Repositório
- Guias e Formulários
- Direitos de autor

Apoio

- Perguntas frequentes...
- Ajuda...
- Erros...
- A plataforma...

Bem-vindo ao Repositório ISCTE!

O Repositório ISCTE destina-se a preservar, divulgar e dar acesso à produção intelectual do ISCTE em formato digital. Constituem objectivos do Repositório: aumentar a visibilidade e o impacto da investigação desenvolvida no ISCTE, melhorar a comunicação interna e externa e preservar a memória intelectual da instituição.

Pesquisa simples

[Pesquisa Avançada](#)

Comunidades no Repositório

Selecione uma comunidade para percorrer as suas colecções.

[0]
[ADETTI](#) [29]
[Biblioteca](#) [300]
[CC](#) [2]
[CEAS](#) [23]
[CIES](#) [575]

Notícias

Nos próximos dias 15 e 16 de Dezembro terá lugar em Braga, na Universidade do Minho, a 3ª Conferência sobre o Acesso Livre ao Conhecimento, no âmbito da qual será apresentado o [Projecto RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal](#) que tem como objectivo a recolha, agregação e indexação dos conteúdos científicos em acesso aberto (ou acesso livre) existentes nos repositórios institucionais das entidades nacionais de ensino superior, e outras organizações de I&D.

Figura 2 – Página inicial Repositório ISCTE

4.5 Planejamento

O planejamento mesmo que involuntariamente sempre fez parte da vida do ser humano no seu cotidiano. O termo planejar pode ter vários sentidos, o dicionário Aurélio o define como ação ou efeito de planejar, plano de trabalho pormenorizado, função ou serviço de preparação do trabalho, planejamento familiar, instituição de uma série de medidas para melhorar as condições da vida no lar.

Para Almeida (2005), o interesse pelo planejamento para uma melhor administração teve seu início no século XX, período em que esteve mais voltado ao controle de métodos, padrões, e incentivos de produção. Somente mais tarde ocorreu o interesse pelo planejamento global, com a integração de todas as funções de determinada instituição ou determinado contexto. Almeida (2005, p. 2) define planejamento como “um processo contínuo, permanente e dinâmico, que fixa objetivos, define linhas de ação, detalha as etapas para atingi-los e prevê os recursos necessários à consecução desses objetivos”. Ainda sobre a conceituação Barbalho (1995, p. 18) completa:

o processo de planejar determina a direção a seguir, mensurando os recursos disponíveis e os necessários, implicando na compreensão da dinâmica das mudanças oriundas do mercado.

Muñoz (1960, *apud* Martins, 1980) diz que planejamento é “a formulação sintética de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma empresa e condiciona os meios de alcançá-los”. Holanda (1975, *apud* Martins, 1980) também o define como:

a aplicação sistemática do conhecimento humano para prever e avaliar cursos de ação alternativos com vista á tomada de decisão adequadas e racionais, que sirvam de base para ação futura.

O planejamento possui diversas vantagens. Como ponto fundamental destaca-se o melhor aproveitamento do tempo. Sloma (1985, *apud* Almeida, 2005, p. 2) afirma que “o planejamento faz o tempo trabalhar a nosso favor, pois otimiza e permite que vários planos sejam gerenciados simultaneamente”. Essa afirmação

ênfatiza a situaçãõ atual da sociedade, que ao desenvolver diversas atividades ao mesmo tempo, precisa de certa organizaçãõ e planejamento para alcançar os resultados e soluções esperado. Outras vantagens podem ser encontradas no planejamento, sãõ citadas por Almeida (2005, p. 05).

- O planejamento faz acontecer – torna possível a ocorrênciã de eventos que, caso contráριο não aconteceriam.
- O planejamento reduz riscos, ao mesmo tempo que tira proveito das oportunidades.
- O planejamento compensa incertezas e mudançãas, e com isso traz três benefícios relevantes: permanênciã das decisões, equilíbriõ e melhor desempenho.

Com relaçãõ a hierarquia, ao nível e a abrangênciã o planejamento pode ser classificado de acordo com Barbalho (1995, p.21) como:

- Nível estratégico: que se encarrega das decisões que nortearãõ os rumos a tomar, sendo seus objetivos medidos a longo prazo.
- Nível táctico: que elabora projetos e planos de açãõ que conduzirãõ ao atingimento das estratégias propostas.
- Nível operacional: se encarrega de adotar as decisões que implantarãõ medidas definidas. É mais detalhado e seus objetivos sãõ a curto prazo.

Para a execuçãõ de um planejamento sãõ utilizados instrumentos que auxiliãõ na tomada de decisãõ. Almeida (2005, p.05) explicita:

- Plano: orienta a açãõ na direçãõ da missãõ, ou seja o que a instituiçãõ deve fazer.
- Objetivos: sãõ o ponto final do planejamento e constituem o plano básico da organizaçãõ. Os objetivos devem expressar intenções que levãõ ao cumprimento da missãõ da organizaçãõ.
- Metas: sãõ planos expressos em termos de resultado a alcançãr; sãõ a quantificaçãõ dos objetivos.

- Políticas ou diretrizes: são planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização.
- Regras: relacionam-se aos procedimentos, pois orientam a ação. Como exemplo, existem as normas, os regulamentos e os padrões.
- Programas: são conjunto de metas, políticas, procedimentos, regras, passos, recursos e tempo.
- Projetos: parte de um programa, ou unidade independente que contemplam determinado aspecto na unidade de informação.

A metodologia do projeto deve contemplar as fases e as etapas da sua execução. De maneira objetiva e direta Almeida (2005, p.10) assim sintetiza o processo de planejamento:

Inicia-se o planejamento pela definição do objeto a ser estudado, seguida da obtenção de informação. A partir da análise dos dados, será possível proceder-se a elaboração do plano, bem como as formas de acompanhamento e controle necessárias à consecução dos objetos traçados. A avaliação por fim, permite aferir o sucesso na implementação do plano e traçar novos objetivos e metas.

Ainda sobre as fases do planejamento, MCclure et. al. (1991, p. 32) completa:

El proceso de planificación consta de siete fases principales: planeamiento Del plano, evaluación de la situación actual, establecimiento de las funciones y de la misión, definición de metas y objetivos, puesta en marcha, redación de la memoria de planificación, y revision de los resultados.

É importante enfatizar que o planejamento é uma atividade coletiva, onde as pessoas participantes do projeto devem trabalhar em grupo na busca de único resultado, num processo de cooperação de todos para o devido andamento. Martins (1980, p. 41) diz que “o planejamento, dado o nível de abrangência que alcança, é fruto de contribuições de muitas áreas do conhecimento”. A respeito da coletividade que existe no processo de planejamento, MCclure (1991, p. 35) entende que:

la planificación es una actividad humana. En ella no se juega con seguridad, con valores absolutos ni estables, sino con posibilidades contingenciais, y cambios.

5 Estudo de caso: Museu Histórico e Artístico de Planaltina

5.1 Distrito Federal

5.1.1 História

A transferência da Capital, do litoral para o interior do Brasil, está prevista praticamente desde o início da colonização, não só para resguardar o país de uma invasão, como para levar o desenvolvimento a outras regiões. De acordo com Ferraz (1961), o único fundamento relevante para a mudança da capital, é de natureza estratégica: a capital a beira mar está exposta a ser bombardeada e expugnada por uma esquadra inimiga.

É atribuída ao Marquês de Pombal a idéia mais antiga que se conhece de transferir a Capital do Brasil para o interior, não como sede do governo da colônia e sim do próprio reino de Portugal. Outras vezes se elevaram e alguns fatos ocorreram em favor da interiorização, mas a história destaca três grandes idealizadores: O Alferes José Joaquim da Silva Xavier (O Tiradentes), o jornalista Hipólito José da Costa e o patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva.

O Rei D. João VI também reconheceu essa necessidade. A idéia foi tomando vulto, até que em 1823 José Bonifácio encaminhou a Assembléia Constituinte do Império do Brasil a "Memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova capital", sugerindo para sede a comarca de Paracatu em Minas Gerais, com os nomes de Petrópole ou Brasília. O Visconde de Porto Seguro foi outro personagem nacional a aderir à causa, fazendo vários manifestos a respeito. Inicialmente, ele preferia São João Del Rei, depois, considerou o Planalto Central mais importante.

Como resultado da campanha, em 1852, Holanda Cavalcanti apresenta ao Senado um projeto de lei dispendo sobre a construção da Capital, sendo mantido o topônimo Brasília, sugerido por José Bonifácio.

Em 1890, é convocada a primeira Assembléia Nacional Constituinte da República. Em 3 de dezembro o governo nomeia uma Comissão Especial de Juristas encarregados de preparar o ante-projeto oficial da Constituição, nos textos resultantes e, todos admitem a mudança da capital. Na seção do dia 20 de dezembro é estabelecida a emenda Mauro Müller que propõe ficar pertencendo à União uma área de 400 léguas quadradas no Planalto Central do país.

Com o advento da República, a transferência se tornou um mandamento constitucional, quando, no dia 24 de fevereiro de 1891, foi aprovado pelo Congresso e inserido na Constituição Brasileira o seguinte texto:

art. 3.º Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km² que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal."

Em seu parágrafo único, o citado artigo dizia: "Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir Estado".

Disposto a cumprir a determinação constitucional, o Presidente Floriano Peixoto criou, em 1892, a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", cabendo ao cientista Luiz Cruls, Diretor do Observatório Nacional, a definição que ficou conhecido como "Quadrilátero Cruls". Não obstante os vários objetos apresentados, a Comissão foi extinta em 1897. Sobre a Comissão o Marechal Floriano Peixoto (1892, p. 14) coloca:

Reputado de necessidade inadiável a mudança da capital da União, o governo trata de fazer a seguir para o Planalto Central a Comissão que deve proceder a demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos...

Com o governo Rodrigues Alves (1902-1906) a idéia da mudança da capital fica abandonada em favor do saneamento do Rio de Janeiro.

Em 1920, o Presidente Epitácio Pessoa assina decreto que prevê o início da construção da Nova Capital. Em 1921, os deputados Rodrigues Machado e Americano do Brasil, apresentam juntos o Projeto 680 de 1921 que manda ser colocada no Planalto Central, como parte das comemorações do centenário da

Independência a pedra fundamental. Em 7 de setembro de 1922, é lançada a pedra fundamental em Planaltina.

Um grande passo foi dado no sentido da interiorização: a construção da cidade de Goiânia, para onde se mudaria, por força do Decreto nº 1816, de 23 de março de 1937, a capital do estado de Goiás.

Em 1946 com o fim do "Estado Novo" foi promulgada a quarta Constituição Republicana: "A Capital da União será transferida para o Planalto Central". Consagrado o princípio da mudança para o Planalto Central, o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeia comissão de técnicos, sob a presidência do Marechal Djalma Polli Coelho, para realizar estudos de localização.

Em 1948, a Comissão presidida por Polli Coelho, em relatório, indica a localização da nova capital no mesmo território escolhido pela "Comissão Cruls", em 1892. Mensagem ao Congresso, assinada em Corumbá, Mato Grosso, solicita apreciação dos congressistas. Devido à sua importância, a imprensa denominou o documento de "Mensagem de Corumbá".

Em 1953, o Presidente Getúlio Vargas determinou o levantamento aéreo do "Quadrilátero Cruls". Foram demarcados 5.850 km² de área, abrangendo terras dos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Formosa sendo os trabalhos concluídos na gestão do Presidente Café Filho.

Em 1955, começa a campanha presidencial na qual se torna eleito presidente da república Juscelino Kubitschek, que assume a presidência em 31 de janeiro de 1956. Finalmente, fiel a determinação constitucional de transferir a capital para o Planalto Central da República, o Presidente Juscelino Kubitschek encaminhou ao Congresso a "Mensagem de Anápolis", transformada na Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956, propondo a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP - e mantendo Brasília, como nome da metrópole.

Em 02 de outubro de 1956, pela primeira vez, o presidente desce no sítio da nova capital. Em 3 de novembro, as grandes máquinas tinham iniciado a limpeza da área, os trabalhos de capina e terraplanagem, a abertura de caminhos e estradas de serviço.

A data da mudança da Capital Federal foi fixada pela Lei nº 3.273:

art. 1.º: ... será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal já delimitado no Planalto Central do País.

Brasília foi inaugurada e oficialmente passou a ser a Capital do Brasil, no dia 21 de abril de 1960.

5.1.2 Características do Distrito Federal

Atualmente, o Distrito Federal é dividido em 30 regiões administrativas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abriga uma população estimada em cerca de 2.455.903 habitantes (censo 2007) tendo como área territorial total 5.822,1 km², o que representa em termos de densidade populacional de aproximadamente 354,3 hab./km².

O Distrito Federal é um semi-enclave de Goiás, sendo circundado por praticamente todo o território do estado; apenas na ponta sudeste o Distrito Federal faz divisa com a cidade mineira de Cabeceira Grande (até 1995, distrito de Unai).

População:	2.455.903 habitantes
Densidade Demográfica:	354,3 hab/Km ²
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):	0,844 (0-1)
Analfabetismo:	4,35%
Altitude:	1.172 m ²
Temperatura média anual:	21°C
Umidade relativa do ar:	40 a 70%

Fonte: Administração Regional de Brasília (2007)

Figura 3 – Dados sobre o Distrito Federal

O Distrito Federal e o Entorno se encontram na região do Cerrado, conhecido também como Savana Brasileira. Sua vegetação, para se proteger dos períodos mais secos, apresenta algumas características peculiares: é normalmente baixa, com plantas esparsas de troncos retorcidos. Dentro do bioma Cerrado ainda é possível diferenciar algumas variações conhecidas como cerradões, campos limpos, campos sujos e matas secas, entre outras.

A fauna existente no Distrito Federal, ou seja, a do Cerrado, em comparação com as outras, é pouco conhecida. Mesmo assim, é asseguradamente muito rica, com destaque para o grupo dos insetos. Dos vertebrados, os mais conhecidos são as espécies comuns das áreas de Cerrado, como o lobo-guará, o tucano e raramente, a onça. Cada vez mais surgem trabalhos científicos acerca desta natureza e da dinâmica desses animais.

O clima predominante no Distrito Federal é conhecido como Tropical de altitude, com verão úmido e chuvoso e inverno seco (com umidade relativa de 20% ou abaixo) e frio. A temperatura média anual é de 21°C, com máxima histórica de 35,8°C e mínima histórica de 1,6°C. Apesar de ter como característica poucos ventos (o ar fica praticamente parado), em agosto costumam ocorrer ventanias que levantam poeira e cinzas de queimadas a grandes alturas, causando até redemoinhos que podem ser vistos de longe.

O solo na região do Distrito Federal é pobre em nutrientes, mas rico em ferro e alumínio. De antiga formação, a superfície do solo tem pouca capacidade de absorver água. Mas abaixo dele há uma grande reserva de água.

O Distrito Federal, e principalmente Brasília, possui diversos pontos turísticos, os mais visitados são:



Figura 4 – Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida



Figura 5 – Congresso Nacional



Figura 6 – Esplanada dos Ministérios



Figura 7 – Ponte Juscelino Kubitschek

Os principais museus da cidade estão localizados no Eixo Monumental. O Panteão da Pátria Tancredo Neves, projetado por Oscar Niemeyer em forma de pomba e inaugurado em 1986 traz o Livro dos Heróis da Pátria com a história daqueles que teriam lutado pela união da nação. O Memorial JK apresenta diversos objetos pessoais (fotos, presentes, cartas) e o próprio túmulo do idealizador da cidade. O Memorial dos Povos Indígenas tem como objetivo mostrar um pouco da riqueza das culturas indígenas nacionais.

Em 15 de dezembro de 2006, foi inaugurado o Complexo Cultural da República, um centro cultural localizado ao longo do Eixo Monumental, formado pela Biblioteca Nacional de Brasília e pelo Museu Nacional da República. A Biblioteca Nacional de Brasília ocupa uma área de 14.000 m², contando com salas de leitura e estudo, auditório e uma coleção de mais de 300.000 itens. O Museu Nacional da República é constituído por uma área de 14.500 m², dois auditórios com capacidade de 780 lugares e um laboratório. O espaço é usado, principalmente, para exibir arte em exposições temporárias. composto pelo Museu Nacional Honestino Guimarães e pela Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola.

Fora do Eixo Monumental, existe ainda o Museu de Arte de Brasília que conta com exposição permanente voltada para a arte moderna e o Museu de Valores do Banco Central.

No Setor de Diversões Norte, em forma de uma grande pirâmide irregular, está localizado o principal teatro da cidade, o Teatro Nacional Cláudio Santoro com

três salas - nomeadas em homenagem a Villa-Lobos, Martins Pena e Alberto Nepomuceno.

Entretanto, é irregular a distribuição dos aparelhos culturais no Distrito Federal, como teatros e salas de cinema, altamente concentrados do Plano Piloto, o que dificulta o acesso da população mais carente, moradora da periferia de Brasília, a gozar livremente desses bens culturais.

Além disso, como a população de Brasília é formada por pessoas vindas de várias regiões do Brasil, isso se reflete no caráter diverso da cultura produzida na capital, abrangendo diferentes manifestações culturais em várias áreas.

Em relação a música, no final dos anos 1970 predominavam os ritmos regionais como o forró e a música sertaneja; nessa época despontava no grupo Secos e Molhados o cantor Ney Matogrosso, que fora profissional da área de saúde na capital federal. No começo dos anos 1980 surgiram várias bandas de rock vindas de Brasília que despontaram no cenário nacional, como Legião Urbana, Capital Inicial e Plebe Rude, todas com influência punk. Na mesma época, um carioca criado em Minas Gerais, Oswaldo Montenegro, se tornava conhecido na cidade, montando espetáculos de cujo elenco fazia parte Cássia Eller.

Nesta mesma época surgiu, paralelamente ao cenário rock, o reggae de Renato Matos, e outros movimentos culturais que criaram o Projeto Cabeças, de onde surgiram vários artistas de Brasília. Na década seguinte, despontaram o *hardcore* dos Raimundos e o *reggae* do Natiruts.

Alguns músicos e cantores que moraram em Brasília durante esse período foram Legião Urbana, Ney Matogrosso, Zélia Duncan e membros dos Paralamas do Sucesso.

Atualmente, Brasília conta com o Festival Porão do Rock, que tenta revelar novas bandas no cenário nacional. Este evento foi lançado, em 1998, na Concha Acústica a partir de um grupo de músicos que se reunia no subsolo de uma das quadras na Asa Norte, ganhou em 2000 sua primeira versão no estacionamento do

Estádio Mané Garrincha, onde é realizado desde então. Também é realizado na cidade anualmente o *Brasília Music Festival*. Mais recentemente, o choro vem ganhando adeptos em Brasília, resultando na criação de clubes de choro, como o Clube de Choro de Brasília

Brasília também tem se firmado no *hip hop*. A região administrativa Ceilândia é conhecida pela sua participação na produção da música *hip hop* com grupos como: Câmbio Negro, Viela 17, Tropa de Elite, entre outros. Nessa área se destacam os *rappers* como GOG.

Na produção local de cinema, destaca-se o diretor Afonso Brazza, que se tornou *cult* graças a seus filmes policiais de baixo orçamento. Outro cineasta radicado na capital do país e muito conhecido não só na cidade mas em todo país é o documentarista Vladimir de Carvalho, professor de cinema da Universidade de Brasília, que produziu 21 filmes documentários, parte deles sobre a própria história e realidades sócio-cultural e política do Distrito Federal e Goiás.

Além disso, acontece anualmente o *Festival de Brasília do Cinema Brasileiro*. Realizado desde 1965, quando se chamava Semana do Cinema Brasileiro, firmou-se como um dos mais prestigiados do Brasil, sendo comparável ao Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, porém sempre preservando a tradição de somente inscrever e premiar filmes brasileiros, princípio que nos momentos mais críticos da história cinematográfica brasileira foi abandonado por Gramado.

5.2 Planaltina (DF)

5.2.1 História

A partir da primeira metade do século XVIII, inicia-se a exploração das minas de ouro e esmeralda e o povoamento do interior de Goiás pelos bandeirantes. Desde então essa região passa a ser freqüentada como ponto de passagem da estrada real, utilizada para o escoamento de ouro e arrecadação de dízimos

territoriais à coroa. Para a região do Planalto Central, veio a bandeira de Antônio Bueno de Azevedo, a partir dessa bandeira inicia-se a formação de Planaltina. Os documentos existentes não indicam a data exata da fundação de Planaltina. Acredita-se que por volta de 1790, foi iniciado o seu povoamento. A primeira data registrada em documentos é encontrada nos arquivos da Câmara Municipal de Luziânia, constando que em 25 de janeiro de 1812, Francisco Teixeira Coelho foi sepultado no cemitério de “Mestre D’armas”.

Segundo a tradição oral, o primeiro nome do povoado foi Mestre D’Armas, devido ao fato de que na região ter se instalado um ferreiro, perito na arte de consertar e manejar armas, que recebeu o título de Mestre, expressão que passou a identificar o local. Atribui-se, entretanto, a fundação do núcleo, em que se originou Planaltina, a José Gomes Rabelo, fazendeiro que se transferiu da então Capital da Província de Goiás para a Lagoa Bonita, estendendo posteriormente suas posses até à morada do "Mestre D’Armas". Construíram uma Capela de Taipa, em pagamento a um voto feito a São Sebastião, para se livrarem de uma epidemia que os atacava na época. Dona Marta Carlos Alarcão encomendou de Portugal, uma imagem do Santo, trabalhada em madeira, para ser colocada na capela, sendo mais tarde substituída por outra maior, ao ampliarem a construção. A Igreja de São Sebastião conserva até hoje as mesmas características da sua criação. De acordo com o documento da Administração Regional de Planaltina (1985, p. 11):

O território onde se situava "Mestre D’armas" pertenceu, de início, à Vila de Santa Luzia, hoje Luziânia, tendo sido posteriormente transferido para o Julgado de Couros, atualmente Formosa, em 20 de janeiro de 1837. Sucessivas anexações e desanexações ocorreram, a partir de então, provocadas por manifestações da população local, levando o povoado a pertencer, de acordo com as preferências do poder dominante, ora a Vila de Santa Luzia, ora a Vila de Formosa.

Em 19 de agosto de 1859, pela Lei nº 03 da Assembléia Provincial de Goiás, criou-se o Distrito de Mestre D’Armas, que por esta Lei ficou pertencendo ao município de Formosa. Esta mais tarde passou a ser a data oficial da fundação da

Cidade de Planaltina, nos termos do disposto no artigo 2º do Decreto "N" nº 571, de 19 de janeiro de 1967.

Em 19 de março de 1891, através do Decreto nº 52, o Distrito de Mestre D'Armas se elevou a categoria de município desmembrando-se de Formosa.

Em 1892, instala-se o município, após a doação de casas para estabelecimento da Intendência, cadeia pública e escolas. Neste mesmo ano, acontece um fato que ligará definitivamente a história de Planaltina à de Brasília. Trata-se da vinda da Comissão Cruls que realizou os primeiros estudos para implantação da futura Capital Federal do Planalto Central. A Comissão era composta por astrônomos, médicos, farmacêuticos, geólogos, botânicos, e outros. Como resultado de seu trabalho, foi demarcada a região do quadrilátero de 14.400 Km² onde se construiria a nova Capital, bem como se produziu um relatório detalhando o levantamento geral da região. Só mais tarde estes estudos foram retomados.

Em 1910, pela Lei nº 363, de 22 de julho, a Vila de Mestre D'Armas tem seu nome alterado, desta vez para Altamir devido à beleza do local visto do alto, pois Planaltina fica situada numa encosta com uma bela vista panorâmica.

A partir de 1917, a Vila passa por uma transformação com o surgimento de indústrias e charqueadas, empresas de curtume, fábricas de calçado, usina hidrelétrica e a estrada de rodagem ligando Planaltina a Ipameri. Neste mesmo ano, em 14 de julho pela lei estadual nº 41, passa a denominar-se Planaltina.

De acordo com o documento Planaltina... Relatos (1985, p. 12):

Em 1922, no ano do Centenário da Independência do Brasil, o Deputado Americano do Brasil apresenta um projeto à Câmara incluindo entre as comemorações a serem celebradas o lançamento da Pedra Fundamental da futura Capital, no Planalto Central.

O então Presidente da República, Epitácio Pessoa, baixa o decreto nº 4.494 de 18 de janeiro de 1922, determinando o assentamento da Pedra Fundamental e designa para a realização desta missão, o engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, Diretor da estrada de ferro de Goiás com sede em Araguari Minas Gerais. No dia 7

de setembro de 1922, com uma caravana composta de 40 pessoas é assentada a Pedra Fundamental no Morro do Centenário, na Serra da Independência, situada a 9 km da cidade de Planaltina.

Na década de 30, houve um esfriamento na perspectiva mudancista.

Em 1945, a questão é retomada e Planaltina hospeda uma comissão designada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e presidida pelo General Djalma Poli Coelho. Esta Comissão retorna por mais duas vezes à região, ficando hospedada em Planaltina, na Fazenda Lagoa Bonita (Larguinha). O relatório de 1948, desta Comissão decide pela manutenção da mesma localização sugerida pela Comissão Cruls.

Em 1955, a Comissão chefiada pelo Marechal José Pessoa Cavalcante delimita definitivamente a área e o sítio de nova Capital. O quadrilátero do Distrito Federal passou então a ocupar uma área de 5.814 Km² e foi sobreposta a três municípios goianos, um dos quais Planaltina, que teve seu território dividido em duas partes ficando sua sede dentro da área do Distrito Federal, incorporando à estrutura administrativa que se implantou. Ela perde então a condição de sede de município, passando a funcionar como cidade satélite do Distrito Federal. A outra parte do município ficou fora do quadrilátero do Distrito Federal, e passa a se chamar Planaltina de Goiás, conhecida como Brasilinha.

Na condição de Cidade Satélite, Planaltina perde também sua autonomia política. O Governador do Distrito Federal escolhido pelo Presidente da República, escolhe os Administradores Regionais das Cidades Satélites. Planaltina cresce, desenvolve sua estrutura urbana mas perde sua autonomia econômica, tornando-se uma cidade dormitório.

Em 1965, o arquiteto Paulo Magalhães, que foi também Administrador Regional, elabora para Planaltina um Plano Diretor que prevê o desenvolvimento urbano da cidade, com o objetivo de garantir uma ordenação estrutural capaz de comportar as diversas alterações que a cidade sofreu com a transferência da Capital.

A partir de 1966, Planaltina sofre alterações periódicas com a implantação de loteamentos para receberem pessoas que não podiam se fixar no Plano Piloto (invasões e população de baixa renda de varias partes do país), tais como: Setor Residencial Leste (Vila Buritis I, II, e III), Setor Residencial Norte A (Jardim Roriz), Setor Sul e ampliação do Setor Tradicional.

Com as transformações ocorridas com a vinda da Capital: luz elétrica, água encanada, telefone, transporte, modismos e novas crenças, sua população foi atraída pelo novo, deixando no esquecimento suas raízes pelos migrantes que chegavam de toda parte do país.

A perda da identidade cultural provocou, com o passar do tempo, a necessidade de retomada de suas origens, por parte dos antigos moradores, culminando com a criação do Museu Histórico e Artístico de Planaltina em 22 de abril de 1974, situado numa das mais antigas casas de Planaltina, transferida por seus proprietários à época.

Em 1990, Planaltina como todo o Distrito Federal, se preparou para eleger pelo voto direto: Governador, Senador e Deputado Distrital. Entre os eleitos um filho de Planaltina é escolhido como o primeiro Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Deputado Salviano Guimarães.

5.2.2 Características de Planaltina (DF)

A cidade de Planaltina, que se localiza a 38 km de Brasília, com uma área de 1534,69 km², é a maior região administrativa do Distrito Federal. Conta com aproximadamente 234 mil habitantes. Por ser uma cidade antiga preserva ainda características tradicionais. Possui uma economia agrária bastante desenvolvida devido, principalmente a sua grande extensão rural. Mantém ainda a característica de cidade dormitório, pois a maioria da sua população trabalha em Brasília.

De acordo com dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) em Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) - 2004; a população de Planaltina concentra-se, por setor de atividade, basicamente no comércio, no serviço público e na agropecuária. Em 2004 tinha cerca de 17601 desempregados, o que mostra que a cidade enfrenta problemas sociais significativos. Esses dados podem ser considerados um dos fatores do aumento da criminalidade na cidade nos últimos 15 anos. Uma cidade que antes tinha uma vida pacata e tranqüila enfrenta atualmente problemas relacionados principalmente a segurança e a violência urbana.

Com relação a cultura, possui festas populares importantes para o desenvolvimento do turismo na cidade. Destaca-se a festa do Divino Espírito Santo de Planaltina. O acontecimento, que tem tradição centenária, celebra o dia de Pentecostes, sempre comemorado 50 dias após a Páscoa. Durante toda a manhã pelo menos 10 mil fiéis caminham pelas ruas, rezam e cantam. O ponto alto é o “Encontro das folias” que reúne as quatro paróquias da cidade (São Sebastião, São Vicente de Paulo, Nossa Senhora do Calvário e Santa Rita de Cássia) e a que vem do campo, a “Folia da Roça”, em frente à Praça Padre Antônio Marcigaglia.

A Via Sacra é outro acontecimento que ocorre anualmente, e concentra-se no espetáculo cênico religioso, realizado no Morro da Capelinha em Planaltina-DF. A experiência de anos, encenando a Paixão de Cristo associada ao caráter religioso e comunitário, fez com que o Grupo Via Sacra ao Vivo se tornasse conhecido em toda região centro oeste e também nacionalmente. Contudo, as encenações da Semana Santa em Planaltina não se limitam à Via Crucis, o grupo e a comunidade passam a semana relembrando e celebrando os últimos dias da passagem de Jesus Cristo pela Terra.

A cidade possui pontos turísticos bem visitados, entre eles: a Igrejinha de São Sebastião, o casario tradicional, o Museu Histórico e Artístico e a Pedra Fundamental, conforme fotos apresentadas nas Figuras 8 a 10:



Figura 8 – Igreja de São Sebastião



Figura 9 – Museu Histórico e Artístico



Figura 10 – Pedra Fundamental

5.3 Museu Histórico e Artístico de Planaltina

O Museu Histórico e Artístico de Planaltina foi construído por Afonso Coelho da Silva Campos, no final do século XIX . Por volta de 1903, foi adquirido pelo Cel. Salviano Monteiro Guimarães e sua esposa Olívia de Campos Guimarães.

Por morte de Salviano e, posteriormente, de Olívia, a casa passa para sua filha Maria América Guimarães.

Em 22 de abril de 1974 é adquirida pelo GDF e transformada no Museu Histórico e Artístico de Planaltina, para ser preservada e revivida a essência da cultura do Planalto Central.

Em 1982, por ocasião dos 60 anos de lançamento da Pedra Fundamental, foi tombado pelo Governo do Distrito Federal, como Patrimônio Histórico.

Está localizado na Praça Cel. Salviano Monteiro Guimarães, Q. 57 no Setor Tradicional de Planaltina, e se aloja em um casarão de estilo colonial, dentro da arquitetura portuguesa.

A casa pertenceu à família Guimarães, influente politicamente na cidade e que assumiu a tradição de acolher pessoas e caravanas que vinham ao Planalto Central, para visitas, estudos e reconhecimento da área. Por se tratar de um local que foi palco de vários acontecimentos importantes para a região, a casa por si só já é histórica.

Segundo Bertran (1994, p.157), o primeiro registro da chegada da família Guimarães, ao Planalto Central, é de uma Sesmaria da Coroa Portuguesa, emitida em 1774 por João Monteiro Guimarães, situada no Rio Cariru, vertente do Rio Jardim, na vereda do Rio Preto, na fazenda denominada Campo Aberto dos Monteiro Guimarães.

A inauguração do Museu Histórico e Artístico de Planaltina surgiu como as primeiras iniciativas em favor da preservação do patrimônio e Centro Histórico da cidade, onde se encontram diversas casas em estilo colonial, têm também como

finalidade retratar as artes e tradições populares, e o desenvolvimento da região através dos tempos, promovendo intercâmbios culturais, educativos e artísticos, preservando as tradições das famílias de Planaltina.

Dentre as peças de destaque do Museu, estão roteiros e fotos da Missão Cruls (que em 1982, demarcou a área do Distrito Federal), um piano alemão de 1925 (o primeiro trazido para a região em Goiás) e um relógio de parede de 1899, contém também histórias e fotografias da época dos primórdios da cidade, móveis estilo colonial, e vários utensílios domésticos.

Encontra-se protegido pela inscrição do Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados, pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha) folha nº 001, inscrição nº 004, em 18/11/91.

5.4 Projeto “Planaltina 150 anos: Cultura, Patrimônio Histórico e Comunicação”.

O projeto visa a revitalização do Museu Histórico e Artístico do Centro Histórico de Planaltina (DF). É constituído pela Universidade de Brasília (UnB), representada pela Faculdade de Comunicação (FAC), Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID), Departamento de História e Faculdade Unb Planaltina, em parceria com a Administração Regional de Planaltina (Governo do Distrito Federal), o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de Distrito Federal (DEPHA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e organizações não governamentais da cidade.

Teve seu início no primeiro semestre de 2008. Em um primeiro momento, fez-se um levantamento do acervo do Museu, foram produzidas fotografias para o inventário, iniciou a construção de um fotodocumentário sobre a história de Planaltina e do Museu, realizou o vídeo sobre as lideranças comunitárias da cidade, e a seleção de documentos históricos sobre Planaltina e o Planalto Central, até

1960. Esses documentos estão disponíveis no site www.planaltina150.webnode.com, e serão os documentos iniciais do repositório que está sendo proposto nessa monografia.

Esse projeto teve como objetivos:

- Valorizar a história e identidade cultural de Planaltina (DF);
- Estimular as manifestações culturais da localidade;
- Organizar e tornar acessíveis informações históricas da cidade;
- Estimular as visitas ao museu (tanto de moradores, como turistas e grupos escolares);
- Estimular a população a preservar o patrimônio histórico local;
- Tornar a experiência de visitar o museu lúdica e interativa.

É constituído a partir de dois eixos complementares: um eixo de ensino e pesquisa, desenvolvido a partir de leituras dirigidas, apresentação de experiências de comunicação, cultura e mobilização social de referência, palestras de professores convidados e debates originados pelos textos sugeridos; e um eixo de extensão, prático-experimental, em que estudantes universitários se envolvem em ações de campo.

Metas e resultados esperados:

- 500 cópias de videodocumentário sobre a memória de Planaltina;
- 100 cópias do CD-ROM com reportagem sobre a cultura planaltinense;
- Página na internet com o material do CD-ROM;
- 5 MP3 players com o áudio interativo da visita guiada para preferencialmente deficientes visuais;
- Estruturação de uma sala de multimídia para exibição do material exibido;
- Replicação de 100 fotografias;
- Restauração da primeira parte do acervo;
- Seleção e restauração de 200 livros para reativação da biblioteca;
- Inserção dos livros selecionados no site <http://planaltina150.webnode.com/>

- Planejamento e organização de visitas guiadas com atividades interativas e dinâmicas;
- Produção de placas de identificação do acervo;
- Produção de cartilhas e material gráfico a ser distribuído aos visitantes.

6 Proposta de um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)

6.1 Introdução

Na cidade de Planaltina, verificou-se a necessidade de implantação de um repositório para o Museu Histórico e Artístico. O museu possui uma quantidade significativa de material bibliográfico e museológico que mostra a história da cidade. Este se encontra desorganizado e espalhado por diversos locais, sendo sua reunião e organização imprescindíveis.

A cidade de Planaltina, que possui 150 anos, tem uma história de grande importância, pois teve um papel de destaque na construção e criação de Brasília. Após análise do estudo de caso da cidade, percebeu-se que a preservação de sua memória faz parte também da preservação da capital federal.

O repositório se faz necessário, pois reunirá todos os recursos informacionais em meio digital, propiciando acesso à história da cidade de Planaltina à população, e preservando seus documentos, sua história e a cultura para as próximas gerações.

6.2 Objetivos

6.2.1 Objetivo Geral

- Propor os princípios básicos para a criação do Repositório temático para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, proporcionando as futuras gerações o conhecimento da história da cidade.

6.2.2 Objetivos específicos

- Disponibilizar o acervo do Museu por meio de um repositório.
- Resgatar a memória documental da cidade.
- Promover a disseminação da informação contida nos registros aos moradores da cidade.
- Conscientizar a população do Distrito Federal da importância da cidade a cerca da criação da capital federal.
- Estimular o Governo do Distrito Federal na preservação da memória coletiva do DF.

6.3 Metodologia

O projeto será executado em parcerias, contando com uma equipe multidisciplinar. Entre as instituições parceiras, contará com a colaboração da Administração Regional de Planaltina e conseqüentemente do Governo do Distrito Federal, da Universidade de Brasília e de empresas com responsabilidade social da cidade e do Distrito Federal.

Terá um bibliotecário como responsável e contará com ajuda de técnicos de outras áreas como: ciência da computação, arquivologia, história, comunicação, entre outras.

Este projeto será realizado em três fases, conforme Figura 11:

Nº de ordem	Fases	Etapas	Atividade
1	Técnica	Coleta	<ul style="list-style-type: none"> • Seleção • Aquisição
		Processos Técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação • Digitalização • Armazenagem
		Disseminação	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação • Atendimento aos usuários
2	Tecnológica	Configuração	<ul style="list-style-type: none"> • Software • Hardware • Site
3	Inst. Físicas	Espaço físico	<ul style="list-style-type: none"> • Museu

Figura 11 – Módulos de desenvolvimento do projeto

6.4 Política de criação do Repositório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF).

6.4.1 Diretrizes gerais para conteúdos

O conteúdo do Repositório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF) deve possuir as seguintes características:

1. Toda e qualquer informação sobre a cidade de Planaltina (DF) até 1960;
2. Produzidos, submetidos ou patrocinados por moradores da cidade;
3. Devem estar em formato digital;
4. Devem estar prontos para serem disseminados amplamente na rede ou, conforme exceções, acessível a níveis determinados;
5. Autor deve estar habilitado a garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do Repositório mediante as condições estabelecidas no Termo de Autorização do Autor.

6.4.2 Diretrizes gerais para conteúdos

1. O Repositório é constituído de comunidades e subcomunidades que organizam seus conteúdos em coleções, unidades armazenadoras dos documentos depositados;
2. O critério fundamental para a criação de comunidades é a cidade de Planaltina. As comunidades representam todos os setores habitacionais da cidade, as instituições públicas e privadas da cidade, as atividades econômicas, bem como sua história. Se houver necessidade de criação de outras comunidades que não se encaixam nesse critério, os casos serão examinados um a um pelos gestores do Repositório;
3. Cada comunidade escolhe um coordenador, responsável pela interação da mesma com o coordenação geral do Repositório.

4. A decisão sobre quem poderá ser depositante de uma comunidade deve ser explícita nas políticas da comunidade;

6.4.3 Responsabilidades do Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF)

1. Reter, manter os conteúdos submetidos ao Repositório;
2. Garantir a qualidade dos metadados que descrevem os conteúdos;
3. Validar os metadados que descrevem os conteúdos;
4. Disseminar conteúdos de acordo com as decisões da comunidade;
5. Preservar os conteúdos, usando técnicas de preservação reconhecidamente válidas;
6. Notificar as comunidades sobre mudanças significativas de conteúdos, por exemplo, formatos de migração;
7. Treinar os depositantes para procederem à submissão de documentos.

6.4.4 Tipos de documentos e formatos que podem ser submetidos ao Repositório

É permitida a submissão dos seguintes tipos de documentos:

1. Artigos publicados em periódicos;
2. Trabalhos apresentados em eventos;
3. Monografias, Teses e dissertações
4. Material manuscrito
5. Livros e capítulos de livros, folhetos, mapas
6. Multimeios
7. Registros da história oral
8. Os conteúdos submetidos devem estar em qualquer um dos formatos a seguir relacionados:

- | | | |
|--------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> pdf, | <input type="checkbox"/> ai, | <input type="checkbox"/> psd, |
| <input type="checkbox"/> xls, | <input type="checkbox"/> mpp, | <input type="checkbox"/> gif, |
| <input type="checkbox"/> ppt, | <input type="checkbox"/> mpx, | <input type="checkbox"/> bmp, |
| <input type="checkbox"/> wpd, | <input type="checkbox"/> mpd, | <input type="checkbox"/> rtf, |
| <input type="checkbox"/> doc, | <input type="checkbox"/> gif, | <input type="checkbox"/> txt, |
| <input type="checkbox"/> marc, | <input type="checkbox"/> latex, | <input type="checkbox"/> mov |
| <input type="checkbox"/> os, | <input type="checkbox"/> mpeg, | |
| <input type="checkbox"/> eps, | <input type="checkbox"/> mpa, | |

6.4.5 Termo de Autorização do Autor

Os documentos a serem depositados no Repositório deverão ter autorização prévia dos detentores dos direitos autorais mediante a assinatura do Termo de Autorização do Autor.

Política de Acesso Aberto

A maioria dos documentos estará disponível para livre acesso. Contudo, alguns documentos podem ter seu acesso restrito em respeito aos direitos autorais.

6.5 Sugestões para a implantação do repositório no Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF).

Usuários

O repositório deverá atender aos moradores da cidade de Planaltina (DF), bem como aos pesquisadores, estudantes e outros interessados em conhecer a história e característica do lugar.

Processamento técnico

Deverá ser estabelecida uma política de seleção acerca dos materiais que serão inseridos no repositório, incluindo o que for relacionado à história, personalidades e características da cidade.

O material será catalogado de acordo com as normas vigentes, sendo utilizado como material de apoio a AACR2, o MARC21, um tesauro específico e as normas da ABNT.

Todo o material selecionado será então digitalizado e salvo em formato PDF, protegido de cópias e disponibilizado através do software *DSpace*. Será utilizado também o protocolo OAI-PMH para assegurar sua interoperabilidade.

Serviços oferecidos

O material do repositório será disponibilizado na Internet, utilizando uma URL persistente. Todo o material terá acesso aberto e irrestrito, sendo possível a pesquisa ao documento completo

Recursos Necessários:

Recursos humanos

O repositório contará para sua organização e manutenção com uma equipe multidisciplinar das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, História, Ciência da Computação, entre outros. Precisarão também da ajuda de estagiários de biblioteconomia para realizarem as atividades complementares, como a inserção de dados, digitalização de documentos, atendimento às solicitações.

Recursos informacionais

O repositório será composto de informações existentes nos mais diferentes suportes: livros, periódicos, mapas, folhetos, documentos arquivísticos, fotos, filmes e vídeos, DVD, CD-ROM, e outros.

Recursos materiais

Serão necessários: mobiliários e equipamentos, material de escritório, computadores, scanner, impressoras, e outros.

Recursos financeiros:

O projeto será financiado pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Administração Regional de Planaltina (DF), Secretária de Cultura, BrasíliaTur, e também por empresas públicas e privadas do DF.

7 Conclusão

Na atual Sociedade da Informação, marcada pela qualidade, flexibilidade e agilidade de informação, torna-se cada vez mais necessária a preservação e organização da informação. Com a era virtual, o espaço, tempo, distância, território mudaram de característica, deixaram de ser importantes, sendo assim a informação. Vive-se um período de total necessidade de atualização e da busca do conhecimento no que diz respeito a práticas, conceitos e vivências. Toda essa mudança de paradigma tem feito com que sejam esquecidas partes do passado, que tiveram total importância na construção do mundo atual.

Nesse cenário, percebe-se que a preservação do patrimônio histórico cultural é uma ferramenta imprescindível para uma sociedade que tenha a noção da importância que essa preservação tem para as gerações futuras. A preservação tenta prolongar o período de existência dos materiais, sendo que essa preocupação se deve principalmente ao valor histórico que ele representa para a sociedade, então destaca-se a preservação do patrimônio histórico-cultural como necessária para uma melhor construção no sentido de identidade, onde os habitantes se identifiquem com a cultura e a história deixada por seus ancestrais e procurem preservá-la para as futuras gerações.

Percebe-se também que o planejamento tem assumido cada vez mais um papel de fundamental importância. O planejamento é um processo contínuo, permanente e dinâmico, é importante, pois determina a direção a seguir. O aproveitamento do tempo pode ser citado como uma de suas vantagens, a redução de riscos e o melhor desempenho, também são visíveis caso o processo de planejamento seja bem elaborado.

Sendo assim, observa-se que o planejamento e a construção de repositórios tem se mostrado uma alternativa para proporcionar o acesso irrestrito à informação, possibilitando um ambiente necessário para a discussão entre os pares e gerando também a disseminação da informação histórica, técnica e científica. O repositório irá armazenar, preservar, divulgar e garantir o acesso aos documentos

proporcionando assim maior visibilidade da cidade. Irá apoiar as atividade de pesquisa e criação do conhecimento, facilitando o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso à informação.

Dessa maneira, a cidade de Planaltina (DF), devido a sua importância histórica durante seus 150 anos e seu papel na construção de Brasília, merece um local onde estejam referenciados todos os documentos que fazem parte de sua trajetória. O Museu reúne um acervo significativo onde se destacam os roteiros e fotos da Missão Cruls, um piano alemão de 1925, um relógio de parede de 1899. Portanto a criação de um repositório para o Museu Histórico e Artístico da cidade é uma maneira viável, de reunir todas estas informações, em meio digital, do acervo que conta a história dessa cidade, do seu povo, das suas conquistas e realizações.

8 Referência

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento** de bibliotecas e serviços de informação. 2. ed., rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2005.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horiz. antropol.**, Jun. 2005, v. 26, n. 2, p. 257-268.

BANDUCCI Jr., Álvaro. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. **Horiz. antropol.**, Out 2003, vol.9, no.20, p.117-140. ISSN 0104-7183

BARBALHO, Célia Regina Simonetti, BERAQUET, Vera Silvia Marão. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo : Polis/APB, 1995.

BASTO, Joanita Pereira; OLIVEIRA, Juliana B. S. **A prática da bibliofilia como meio de preservação do patrimônio e da memória**. 2008. 40 f. Trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Solo Editores, 1994. 270 p.

BIASOTTI, Miriam Mara D. de Lá Rocha. Normalização de publicações oficiais. **R. Bibliotecon**. Brasília, v.4, n.1, jan./jul. 1976.

BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, 2000, vol.29, n.3, pp. 25-32. ISSN 0100-1965.

CAFÉ, Ligia ; Bianca Amaro de Melo ; Elza Maria Ferreira Barboza ; Eny Marcelino Nunes ; Miguel Angel Mardero Arellano . **Repositório Institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede**. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2003, Belo Horizonte. Mídia, Ética e Sociedade, 2003.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do Turismo).

CAMPOS, Ana Cristina Pinheiro. **Planaltina - relatos**. Planaltina: Adm Reg Planaltina, 1985. 111 p (Coleção-Planaltina: Série Depoimento n.1)

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horiz. antropol.**, Jun 2005, vol.11, no.23, p.163-175. ISSN 0104-7183

CUNHA, Inácia R. dos Santos. A divulgação de publicações oficiais. **R. Bibliotecon.** Brasília, v.4, n.1, jan./jun. 1976.

FERRAZ, Olímpio. **Brasília**. São Paulo: Fulgor, 1961.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, 2006, v. 10, n. 3, p. 79-88.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**. 2003, vol.32, n.1, p. 36-41. ISSN 0100-1965.

FREIRE, Isadora. **Repositório Institucional: um instrumento de divulgação de monografias de conclusão de curso do Departamento de Ciência da Computação**. 2008. 88 f. Trabalho de conclusão de curso Biblioteconomia. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação. Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Administração Regional de Planaltina. **Planaltina... Relatos**. Planaltina: Administração Regional de Planaltina, 1985. (Coleção Planaltina. Série Depoimentos, 1).

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Administração de Brasília. **Informações da cidade**. Disponível em: <<http://www.brasilia.df.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2009.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Administração de Planaltina. **História**. Disponível em: <<http://www.planaltina.df.gov.br/>>. Acesso em: 26 out. 2009.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Tudo sobre o DF**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

GUIMARÃES, Hosannah Campos. **Planaltina – sua origem, sua história e sua gente**. IN: Academia de Letras e Artes do Planalto. História do Planalto, 1996, p. 157-181.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Brasília**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 26 out. 2009.

LEITE, Fernando César L.; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramenta de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, maio/ago, 2006.

MARTINS, Myriam Gusmão de. **Planejamento bibliotecário**. São Paulo: Pioneira; [Brasília]: INL, 1980.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. **Educ. rev.**, jun 2008, no.47, p.135-155. ISSN 0102-4698

McCLURE, Charles R. [et. al.]. **Manual de planificación para bibliotecas: sistemas y procedimientos**. Madrid; Salamanca: Fundacion Germán Sánchez Ruy Pérez; Madrid : Pirámide, 1991.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**. 2000, vol.29, n.2, pp. 78-88. ISSN 0100-1965.

MURGUIA, Eduardo Ismael and YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.3, p.65-82. Set./dez. 2007. ISSN 1413-9936

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. **História**, 2007, v.26, n.2, p.257-268. ISSN 0101-9074

OLIVEIRA, Ernani Tadeu de. **Planaltina: Síntese histórica e estatística**. Brasília: Codeplan, 1974. 135 p.

ROCHA, Juracy Feitosa. Publicações oficiais brasileiras: um tema a ser estudado. **R. Bibliotecon**. Brasília v.2, n.1, jan./jun. 1974.

SANTANA, Arao Paranagua de. **Arte educação e contexto cultural**: Uma pesquisa participante na comunidade de Planaltina(df). Brasília, 1983. 100 f

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. Brasília:Coordenada-Editora de Brasília, [19--].

VIANA, C. ; Márdero Arellano, M. A. ; SHINTAKU, M. . Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. In: Mariângela Spotti Lopes Fujita; Adriana Cybele Ferrari, Luiz Atílio Vicentini; Margaret Alves Antunes. (Org.). **A dimensão social da biblioteca digital na organização e acesso ao conhecimento: aspectos teóricos e aplicados**. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, Dep Técnico: IBICT, 2005, v. 1, p. 339-365.